

CAUSA, OPERÁRIA

POR UM PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ANO XI - Nº 102 - 2ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 1990 - NCz\$ 20,00

Convenção/PT

Lutar pela
independência
de classe

Leia editorial na pág. 3 e matéria na pág. 4



Condutores/SP

As lições da greve

Leia matéria na pág. 8

Metalúrgicos/SP

Um balanço da Convenção da Oposição

Leia matéria na pág. 7

Plano de ação da CUT

Um plano que não arma os trabalhadores

Leia matéria na pág. 6

Por uma ampla mobilização pelo reajuste semanal

*Convocar plenárias da CUT para elaborar
uma ação unitária dos trabalhadores.*

Leia editorial pág. 3



Formação Política

Leste Europeu: uma discussão sobre a revolução internacional



Comprovando o interesse e a importância para os militantes do movimento operário e estudantil em debater a experiência histórica recente dos povos da Europa Oriental, da URSS e da China foram totalmente preenchidas as vagas abertas para participação na primeira jornada do curso sobre o tema a ser promovido dos dias 24 a 27 de fevereiro pela Organização Quarta Internacional.

Inscreveram-se e irão participar desse importante momento de formação política companheiros

metalúrgicos de São Paulo e de Volta Redonda, trabalhadores dos Correios de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, bancários de diversos estados, Securitários, trabalhadores dos frios, funcionários públicos federais e municipais, e de outras categorias, estudantes universitários e secundaristas entre outros. Eles irão aproveitar os quatro dias do curso para estudar e debater os fundamentos da crise do "bloco socialista", suas conseqüências para a luta de classes a nível mundial e o posicionamento internacionalista

proletário diante de tais acontecimentos.

As inscrições para a segunda jornada a ser realizada em abril, de 13 a 15, em São Paulo, já estão abertas, sendo que desta feita será maior o número de vagas embora limitadas, para atender o grande interesse verificada entre o ativismo.

Companheiro, se você estiver interessado entre em contato com o distribuidor deste jornal ou procure uma de nossas sedes (veja endereços abaixo) ou ainda escreva-nos solicitando maiores informações.

Contribua com a Campanha Financeira do Jornal Causa Operária

- Pela independência de classe
- Por um plano de lutas da CUT contra o plano Collor
- Por um Governo dos Trabalhadores da cidade e do campo e o socialismo

Colabore com a sustentação da imprensa operária e revolucionária

Leia, Assine, Divulgue

O jornal CAUSA OPERÁRIA

por um partido operário revolucionário

12 números (seis meses) NCz\$ 240,00

24 números (um ano) NCz\$ 480,00

Envie este cupom com cheque nominal ou vale postal para Outubro Livraria e Editora Ltda., rua Domingos de Moraes, 1334, Loja D-4, CEP 04010, São Paulo, Capital.

nome.....

endereço.....

cidade..... estado..... CEP.....

opção: 12 números 24 números

desde o número até o nº

data/...../..... valor NCz\$

OQI

IV Conferência Nacional

Nos próximos dias 17 e 18 de março a OQI - Organização Quarta Internacional - vai realizar a sua IV Conferência Nacional, com o objetivo de discutir a situação política pós-eleitoral, a caracterização e as perspectivas que se abrem com o novo governo, a situação do movimento operário e estudantil e, ainda, a intervenção dos revolucionários nas convenções do PT.

A Conferência vai debater um conjunto de resoluções que visam servir de instrumento político ao combate a ser travado na CUT, no PT, nos locais de trabalho e de

estudo, em defesa de uma política independente dos trabalhadores e da juventude diante do novo governo e da perspectiva de aprofundamento da integração das organizações de luta dos explorados ao regime político atual, justamente no momento em que este prepara um ataque ainda mais violento às condições de vida das massas.

A OQI, organização trotskista, que tem travado um combate sem tréguas em todo o País contra a política de colaboração de classes materializada, principalmente no último período pela constituição da

Frente Popular (FBP), entende que a vigência deste combate se coloca hoje fundamentalmente na defesa de um plano de lutas que unifique o conjunto dos explorados contra os planos de fome e miséria do novo governo, apontando a necessidade dos métodos próprios da ação direta da classe operária e da luta por um governo do PT, da CUT e das organizações sindicais e populares.

Na preparação e após a realização da Conferência as propostas e as resoluções estarão colocadas para debate nas páginas deste jornal e nas sedes do CAUSA OPERÁRIA.

Outubro Livraria e Editora

Livros de marxismo, política, economia e ciências sociais
jornais alternativos, posters e cartões

Atendemos para todo o país

Rua Domingos de Moraes, 1334 - lj D4 - Vila Mariana
São Paulo - SP - CEP 04010 - Fone: (011) 572-8323

CAUSA & OPERÁRIA

ANO XI - nº 102 - 2ª quinzena de fevereiro de 1990 - NCz\$ 20,00

Uma publicação bi-mensal da Outubro Livraria e Editora Ltda., rua Domingos de Moraes, 1.334, Loja D-4, Vila Mariana, CEP 04010 São Paulo, Capital, fone: (011) 572-8323.

Nossas sedes: Bauru (SP) - rua 1º de Agosto, 4-47, sala 1504, 15º andar, Centro, CEP 17100 - fone: (0142) 32-2949 - Belo Horizonte (MG) - rua Bahia, 1148, 7º andar, sala 722 - Brasília (DF) - SCS, Edifício Maristela, sala 404, CEP 70302 - Fortaleza (CE) - rua Antonio Pompeu, 1112 - Centro - CEP 60.000, tel: 224-9659 - João Pessoa (PB) - Rua Duque de Caxias, 242, sala 104, Centro, CEP 58000 - Juazeiro do Norte (CE) - rua São Pedro, 809, Edifício Sampaio Xavier, sala 305, Centro, CEP 63180 - Rio de Janeiro (RJ) - rua do Escorrega, 15-B, Centro, CEP 20081 - São Paulo (SP) - rua Domingos de Moraes, 1334, Loja D-5, Vila Mariana, CEP 04010.

Conselho Editorial: Rui Costa Pimenta, João Carlos Del Mastro, Cândido Alvarez Lopes, Antônio Carlos Silva, José Luís Nunes, Wilson Lima, Paulo Sérgio de Pinho, Paulo Lago, Anai Caproni Pinto, Hyrlanda Moreira, Pedro Paulo de Abreu Pinheiro.

Jornalista responsável: Rui Costa Pimenta, Reg. 13.629 - **Produção Gráfica:** Traço - Tel.: 93-4151/292-2082

Não há tempo a perder

O Plano de Ação da CUT para 1990 que, entre outras coisas, prevê a luta pela conquista do pagamento semanal betenizado dos salários já foi colocado à prova em três importantes oportunidades e em todas as três fracassou.

Na campanha dos bancários, o pagamento semanal foi abandonado às traças enquanto o comando da categoria negociava migalhas com os banqueiros, as quais, no momento em que estas linhas estiverem sendo impressas, já terão sido incineradas pela inflação de 72% prevista para fevereiro. Os condutores de São Paulo iniciaram sua campanha salarial sem sequer aprovar a reivindicação em assembléia e acabaram com um abono de 10% e o ICV do mês. Finalmente, os municípios entram em campanha e a direção sindical sequer coloca esta questão na primeira assembléia.

Estes três episódios demonstram que a reivindicação cumpre um papel puramente formal, conclusão que, por outra parte, impunha-se da leitura do próprio plano da CUT uma vez que este não previa nenhuma medida de luta unitária dos trabalhadores em torno à questão do semanal, mas apenas recomendava a sua inclusão nas campanhas salariais de cada categoria.

O reajuste semanal betenizado é a única defesa dos salários diante da hiperinflação que o País está vivendo. No entanto, para impor esta escala móvel de salários, é necessário organizar um amplo movimento de luta que galvanize as energias dos explorados e a concentrem contra o governo e aos patrões. O que

está em jogo nesta questão é saber quem vai perder com este cataclisma econômico batizado de hiperinflação: nós ou eles. O que é certo é que alguém vai perder e o resultado final da partida será definido pela luta.

A CUT deve convocar imediatamente as plenárias regionais, estaduais e nacional para elaborar um plano de luta real que preveja a ação unitária e centralizada dos trabalhadores contra a destruição dos seus salários. As categorias isoladas são impotentes contra esta situação. As condições estão dadas para uma ação conjunta como o demonstram as greves que já começam a ocorrer. Deixá-las isoladas é condená-las à derrota e a consequência de uma derrota neste momento não será outra coisa que abrir caminho para o plano recessivo de Collor, o que representará, caso passe, um enorme retrocesso para a organização sindical e as condições de vida das massas.

Não há tempo a perder. Qualquer omissão diante da gravidade da situação significará entregar a classe trabalhadora de pés e mãos amarradas à burguesia e seu governo. Convocar assembléias em todas as categorias para discutir a luta pelo semanal. Nada de abonos e adiantamentos inúteis. Convocar as plenárias da CUT. Discutir um plano de lutas que inclua a preparação de uma greve geral para garantir a vitória e a conquista desta reivindicação fundamental.

A situação deteriora-se rapidamente. Não há tempo a perder. A classe operária tem que entrar em ação agora!

Crise nas administrações do PT

Imediatamente após as eleições abriu-se uma crise entre as administrações municipais do PT e a direção do partido. As prefeituras foram apontadas como um dos principais fatores na derrota de Lula. A crise deu lugar a reuniões de onde surgiram as propostas mais variadas, que não excluíram sequer considerações folclóricas, como a do deputado José Genoíno, sobre a necessidade de um "choque de criatividade".

Entre as resoluções tiradas duas se destacaram. Por um lado, o partido propõe que os prefeitos dêem maior atenção à população carente da periferia, considerada como principal eleitorado de Collor, particularmente em São Paulo. Por outro, considerou-se a necessidade de uma maior autonomia dos prefeitos em relação ao partido.

Tais resoluções são claramente um retrocesso. Caracterizam o problema que está na base da crise das prefeituras de um ponto de vista puramente eleitoral e, portanto, oportunista, sem tirar um balanço da política das prefeituras, ou seja, da utilização da política contra o movimento popular em Diadema, do corte do ponto de grevistas, demissões de dirigentes sindicais, a ausência de luta contra a especulação imobiliária e os sanguessugas das empresas de transporte. Não foi considerada a

integração cada vez maior dos prefeitos ao Estado.

Na realidade, as resoluções da reunião dos prefeitos serve para referendar e aprofundar a política seguida até aqui. Pouco antes, o diretório regional do PT tratando do caso de Diadema tirou uma resolução onde a conduta do prefeito local, que por duas vezes, como reconhece o próprio documento da Comissão de Ética, chamou a polícia para reprimir os ocupantes do Buraco do Gazuzo, é tratado como o menor dos problemas enquanto que os vereadores que apoiaram o movimento receberam pena de expulsão e de suspensão por um ano. A política de maior autonomia para os prefeitos (que já não estão submetidos a nenhum controle partidário) apenas irá aprofundar as tendências à sua integração ao Estado.

A recente greve dos motoristas de São Paulo, onde a prefeitura teve uma conduta abertamente patronal confirma de forma contundente esta tendência. Está colocado para o partido e para o ativismo discutir esta questão e lançar uma ofensiva contra estas tendências, defendendo a subordinação dos prefeitos às bases partidárias e a uma política de classe de subordinação da administração às massas através da criação de conselhos operários e populares.

Pela independência de classe

O balanço que a direção do Partido dos Trabalhadores faz das eleições do ano passado está retratado fielmente na política que está sendo proposta para este momento. A orientação fundamental do partido está apoiada em duas questões fundamentais.

A primeira está retratada com grande clareza em declaração de Lula, em entrevista ao Boletim Nacional, de fevereiro, "órgão da executiva nacional do PT:" "...não temos nenhum interesse em fazer oposição sistemática. Ou seja, à medida em que o novo presidente tome medidas acertadas e favoráveis ao conjunto da classe trabalhadora nós não iremos fazer oposição. Nós iremos dizer que a medida é boa, não tem problema nenhum. O que queremos é mostrar que depois dessas eleições o Brasil é outro. Na minha avaliação, embora o presidente eleito seja um imoral ele é resultado de uma votação. Nós batalhamos por isso a vida inteira e achamos que é assim que se fortalece a democracia".

Esta posição reflete uma completa ausência de caracterização política do novo governo. De acordo com ela, Collor seria

uma incógnita política e o PT propõe-se a esperar para ver o que ele fará. A posição de um partido que se reivindica como a representação política dos trabalhadores deve partir de uma caracterização de conjunto para armar a classe trabalhadora para intervir na nova situação em defesa dos seus interesses políticos. O governo Collor é a representação política do grande capital e administrará o País em meio a um enorme agravamento da crise econômica, diante da qual defenderá através da expropriação sistemática das massas os interesses da burguesia. O que está em questão aqui não é esta ou aquela medida isolada, mas o caráter de classe do governo e o conjunto da sua política, que somente pode ser antioperária e pró-imperialista. Cabe a um partido que quer defender os interesses dos explorados não apenas combater as medidas reacionárias do governo, como a recessão, as privatizações etc, mas fundamentalmente denunciar o caráter do governo para que os explorados possam conquistar a sua independência política diante dele e, acima de tudo, estruturar sua própria alternativa política e de classe.

A colocação de Lula é empírica, mas não é casual. Ela tem sua base na caracterização que o PT faz do regime político, do qual Collor é o representante oficial. A democracia é a estação terminal da luta dos trabalhadores ("lutamos por isso a vida toda"). O PT está encerrado nos limites do regime democrático, o qual nada mais é do que a forma de organização política do imenso processo de expropriação nacional e das massas que é colocado em prática pelo imperialismo e pelas mesmas classes sociais que detinham o poder sob a ditadura militar.

A chamada democracia (na verdade um regime híbrido que preserva aspectos essenciais do regime ditatorial anterior) é a ditadura do capital sobre toda a nação. De outra forma, como explicar que se possa retirar mais de 100 bilhões de dólares de pagamento de juros da dívida externa em cinco anos?

O segundo aspecto desta política é a proposta de formação de uma "frente parlamentar de oposição, congregando os partidos de esquerda, populares, progressistas e democráticos" e o "aprofundamento da ar-

ticulação de forças realizada no segundo turno das eleições" expressa no editorial do mesmo Boletim assinado pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio.

A política de colaboração com a burguesia (Covas, Brizola, Arraes e "tutti quanti") e a defesa do regime democrático são a estratégia política do PT, seu horizonte político e sua limitação insuperável diante da crise. Esta estratégia conduz as lutas operárias e populares a um beco sem saída, é uma política de freio das lutas mais elementares e uma via de derrotas. Tudo isso deve ser dito claramente e discutido no interior do PT e da CUT e no movimento de massas.

A esta política, que marca o 10º aniversário do Partido dos Trabalhadores com a frustração das esperanças depositadas no partido por todo o movimento classista e combativo que deu a contribuição decisiva para a sua criação, opomos a luta intransigente pela independência de classe em relação aos partidos burgueses, ao governo e ao regime político que ele representa, por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo e pelo socialismo.

Convenções

Defender a independência de classe

Contra Collor e o regime burguês, opor a luta pelo governo dos trabalhadores do PT e da CUT e a defesa do socialismo

Antônio Carlos Silva

As convenções do Partido dos Trabalhadores vão debater e deliberar sobre questões fundamentais para o conjunto dos trabalhadores, realizando um balanço das eleições de 89 e das prefeituras do PT e discutindo a política a ser seguida diante do governo Collor e das eleições que se realizam neste ano.

As convenções ocorrerão em meio a um agravamento da crise política e no momento em que toma posse o novo governo, debilitado e carente de recursos políticos e econômicos para contornar a situação de hiperinflação e decomposição econômica. Nas convenções vão confrontar-se alternativas distintas para a ação política do movimento operário: a política de frente com partidos burgueses e uma alternativa classista diante do agravamento da crise.

Oposição a Collor e ao regime

Em entrevista publicada no **Boletim Nacional** do PT (fevereiro 90) o companheiro Lula declara que "...não temos nenhum interesse em fazer oposição sistemática. Ou seja, à medida em que o novo presidente tome as medidas acertadas e favoráveis ao conjunto da classe trabalhadora nós não iremos fazer oposição. Nós iremos dizer que a medida é boa, não tem problema

Independência de classe: diante dos patrões ...



nenhum".

Esta posição já havia sido expressa por dirigentes do partido na imprensa burguesa. Significa que o PT não tem uma caracterização de classe e política do novo governo, o que já é uma verdadeira avenida aberta em direção à adaptação política. Para armar o movimento operário diante da situação criada com a subida de Collor é necessário dizer claramente que o governo do grande capital é incapaz de tirar o País da crise e que a sua política de maior integração do País ao mercado mundial é uma via de maior miséria para as massas, de

crise da economia nacional, de maior parasitismo financeiro. Sobre esta base, o PT deve organizar não apenas uma oposição implacável ao conjunto da política do novo governo como ao regime sobre o qual se apóia e apresentar uma alternativa operária e socialista.

É preciso lutar por uma política de completa independência dos trabalhadores em relação à burguesia, o que significa uma oposição de classe a Collor e ao regime político, a centralização e o impulsionamento das lutas das massas para barrar os planos de fome e de miséria de Collor por



... e do governo

meio de um plano de lutas que unifique os trabalhadores do campo e da cidade e a juventude a partir de suas reivindicações fundamentais num movimento dirigido contra o regime antioperário, colocando a luta por um governo dos trabalhadores do PT, da CUT e demais organizações sindicais e populares como alternativa diante do agravamento da crise atual.

Por uma política classista nas prefeituras

As administrações do PT ingressam, após as eleições, em uma etapa de crise. A tentativa de gerir os municípios através de uma gestão capitalista "competente e transparente" fracassa e gera atritos até mesmo entre os membros da direção partidária que elaboram a linha política seguida atualmente. A burguesia clama por maior "liberdade dos prefeitos" em relação ao partido e às organizações populares e estes disparam críticas contra as organizações sindicais, a direção do PT, etc.

Na base da crise encontra-se a política utópica e reacionária de realizar um "governo para todos os cidadãos" numa sociedade dividida em classes e interesses antagônicos e irreconciliáveis. Na área dos transportes, por exemplo, os interesses dos empresários - obter lucros cada vez maiores, custe o que custar - são incompatíveis com os interesses dos funcionários e da população - de defenderem o poder de compra de seus salários e transporte eficiente e barato. Como não pode haver neutralidade na luta de classes, nestes e em outros casos,

coloca-se a decisão entre governar com os trabalhadores e suas organizações de luta em defesa de seus interesses contra os interesses dos empresários ou contra os trabalhadores.

Esta é uma questão central, pois diz respeito a qual interesse de classe o partido deve seguir em todos os terrenos. Contra o aprofundamento da independência das administrações em relação ao PT e aos trabalhadores, reclamado pela burguesia e alguns prefeitos, cabe ao partido impulsionar a criação de Conselhos Populares e operários, como organizações de luta e libertação das massas. Contra o poder econômico das classes dominantes e o poder político das câmaras, estruturar o poder das massas populares em luta.

Candidaturas próprias do PT

As eleições não são um momento em separado da luta de classes, nem um fim em si mesmas para os explorados, mas sim um dos terrenos de luta que deve ser usado para desenvolver a consciência de classes, impulsionar e unificar a luta e a organização dos trabalhadores e para desmascarar a burguesia, pondo às claras sua impotência para debelar a crise.

A política de alianças com partidos e candidatos burgueses que está sendo proposta para o segundo e até o primeiro turno, em vários estados, representa a diluição da independência dos trabalhadores frente aos candidatos e partidos patronais e aponta no sentido da colaboração de classes. Essas alianças estão ocorrendo de diversas formas. Em alguns estados, através da aliança e subordinação a partidos burgueses, como o PDT (no RJ e RS) e o PSDB (em MG), em outros pela tentativa de ocupação da legenda do PT por setores pequeno-burgueses do partido, como Plínio de Arruda Sampaio em São Paulo.

Ainda que as candidaturas sejam apenas um aspecto, coloca-se, também neste campo a luta dos setores classistas e operários do partido pela independência de classe por meio da defesa de candidaturas próprias do PT, de deputados a governador, que sejam a expressão do combate dos trabalhadores e contra qualquer aliança com nosso inimigo de classe seja no primeiro ou no segundo turno.

PT/RJ

A reboque do PDT?

O PT deve lançar candidaturas próprias em todos os níveis

Imediatamente após as eleições presidenciais iniciaram-se uma série de tratativas entre as cúpulas partidárias em torno a sucessão estadual e às eleições parlamentares de outubro próximo.

No Rio de Janeiro, embalado pela votação lulista no segundo turno que todos atribuem ao brizolismo, a Direção Nacional do PT propôs sem meias palavras, abrir mão das candidaturas a governador e a vice e concorrer apenas ao senado, numa composição com o PDT.

Aprovou-se uma nota da Executiva do Diretório carioca e a Direção Nacional dá como certa uma composição com o PDT nesses termos.

O lançamento de candidaturas

próprias no Rio cumpre um papel muito importante na delimitação política com Brizola e o PDT, um partido do nacionalismo burguês varguista que exerce uma influência sobre uma parcela do movimento operário e popular. Justamente por essa razão, o PT deve esforçar-se para trilhar um caminho próprio nas eleições, denunciando e combatendo a variante patronal e pró imperialista representada por Brizola, como um meio de retirar as massas atrasadas e despolitizadas que caminham detrás da influência do populismo e do nacionalismo retardatário de Brizola.

A tarefa de separar o movimento operário da burguesia e conquistar

a sua independência política assume no Rio importância ainda maior pela presença do PDT entre as massas. Misturar as bandeiras, no terreno eleitoral acima de tudo, é trabalhar para abortar uma política de classe.

No Rio de Janeiro, como em todos os Estados está colocado o lançamento de candidaturas próprias em todos os níveis, opondo essas candidaturas aos partidos patronais e ao conjunto do regime político. A militância do PT carioca não pode aceitar essa imposição da Direção Nacional. As convenções partidárias devem reafirmar o princípio de que trabalhador vota em trabalhador. Por candidatos do PT em todos os níveis.

PT/SP

Não há consenso

A polarização no PT paulista está encoberta pela pressão da Direção nacional e o silêncio da esquerda

O consenso que está sendo criado em torno da indicação de Plínio de Arruda Sampaio como candidato do Partido dos Trabalhadores ao governo do Estado é apenas aparente.

A candidatura de Plínio representa os setores mais conservadores e direitistas do partido. Sua trajetória como político da Democracia Cristã, seu papel como principal articulador do PT junto aos partidos burgueses, suas relações com a cúpula da Igreja, são a demonstração de que estamos diante de uma candidatura com largo trânsito na política burguesa.

Segundo a direção do PT, "Plínio tem trânsito livre na Igreja, tanto na CNBB como nas comunidades eclesiais de base e foi importantíssimo nas articulações da esquerda no segundo turno" (O Estado de São Paulo, 11/02).

Na disputa que determinou a

indicação de Luiza Erundina, sua candidatura foi rechaçada pelas bases partidárias contra o voto majoritário da direção do PT que então o apoiava, justificando que sua candidatura abria uma ponte aos setores descontentes do PSDB e PMDB.

Durante a campanha eleitoral foi o setor que dentro do PT impôs uma linha de claro compromisso com o regime. Governar de acordo com a Constituição, garantias ao grande capital e aos banqueiros internacionais. Terminada a campanha presidencial, tem defendido uma "mudança do discurso" do partido que não está dirigida em favor de uma orientação classista e sim de um maior aprofundamento da política da Frente Popular.



Plínio: expressão da política de alianças

Nos meios políticos burgueses é tido e visto como representante dos setores "mais confiáveis" do PT. Sua trajetória identificaria a antítese do perfil da candidatura partidária, do chamado a que trabalhador vota em trabalhador que se transformaria em pura retórica.

A candidatura de Plínio não encontra neste momento, resistência a progredir dentro do partido pela posição de apoio que tem obtido de todos os pré-candi-

datos e inclusive da prefeita Luiza Erundina, à custa da pressão da Direção Nacional do partido que apoia integralmente a perspectiva representada por Plínio.

Esse "consenso" é apenas aparente e está garantido pelo silêncio do conjunto da esquerda. Não há vontade de combater a pré-candidatura de Plínio porque seria obrigatória uma crítica política às posições direitistas que ele representa, ou seja, uma luta contra a política da Articulação. Na véspera da indicação de candidatos às eleições a esquerda

não ouve, não fala, não vê.

Está colocado um debate sobre a natureza da candidatura do partido no principal Estado da federação, concentração do proletariado mais numeroso e centro econômico e político do País.

Chamamos todos os setores combativos e classistas a discutir uma candidatura classista, expressão do combate sindical e popular no movimento de massas no estado como alternativa à perspectiva da candidatura Plínio Sampaio ao Governo do Estado.

PT/MG

Uma política sem princípios

A discussão das alianças no Diretório foi um verdadeiro leilão da independência partidária

O Diretório Estadual do PT mineiro acaba de decidir a composição com o PSDB e o PDT para as eleições estaduais, numa discussão que é uma revelação da natureza política das correntes que compõem o partido no Estado.

A primeira questão que chama atenção na discussão sobre as alianças, é que em nenhum momento se levantou o problema do programa, da independência diante dos partidos patronais ou mesmo da conduta desses partidos nas eleições presidenciais e, agora, quando começam esboçar claramente a "oposição" tímida que farão a Collor de Melo.

A discussão da aliança do PT com os outros partidos foi oportunista sob todos os sentidos. O Diretório votou, partido por partido, com quem o PT faria composição, num verdadeiro leilão da independência partidária.

A primeira votação aprovou a

composição com o PDT, um partido de políticos profissionais ex-Arena, e PDS e PMDB que para completar não tem nenhuma representatividade no Estado, com o voto contrário apenas de CAUSA OPERÁRIA, cujo integrante no Diretório defendeu o lançamento de candidaturas próprias do partido, denunciou a política eleitoral e sem princípios da esquerda, como a CS e a DS que votaram a favor da aliança com o PDT (veja box).

Na segunda votação foi aprovada também, a composição com o PSDB que está na prefeitura, por 19 votos a 15. O fato de que uma parte da esquerda tenha votado contra a aliança com o PSDB ficou totalmente ilegitimado por sua conduta anterior quando aceitou a composição com o PDT.

A descaracterização do PT é total. A política da Frente Popular de aliança com os partidos e elementos burgueses justificada como

necessária para fazer o PT chegar ao eleitorado de outras classes sociais, tem se transformado num verdadeiro leilão da independência dos trabalhadores frente aos candidatos e partidos patronais, tudo justificado pela possibilidade de ganhar as eleições.

A extensão da política da Frente Popular revela-se como um instrumento do aprofundamento da integração do PT ao regime político. A conduta da esquerda é simplesmente cínica. A CS votou contra a aliança com o PSDB e a favor da composição com o PDT. Perguntamos aos companheiros: qual a diferença de princípio ou de grau entre um e outro? A resposta é simples, o PDT em Minas não é nada e o PSDB dirige a prefeitura e detém um certo cacife eleitoral, o que demonstra que o raciocínio da esquerda é puramente oportunista.

É necessário combater energeticamente essa decisão do Diretório

A CS Brizolou



A CS referenda a frente popular

A votação pela aliança com o PDT em Minas Gerais é a ratificação do seguidismo da Convergência Socialista à política de frente popular da Articulação.

A CS que chegou a denunciar o PDT e Brizola como "uma variante patronal", "um político burguês populista" etc., deixou de lado a fraseologia esquerdista para ingressar de corpo e alma na política fretepopulista. Durante a discussão sobre a indicação do vice de Lula a CS se opôs à candidatura Bisol (um político burguês, segundo dizia), sem se opor à Frente Popular. Esboçou uma tímida resistência à presença do PSB na Frente

Brasil para terminar propondo no segundo turno a "unidade" em torno a candidatura de Lula atestando a política de aliança da direção do PT com o PSDB e o PDT e a esquerda do PMDB.

A decisão de apoiar uma frente com o PDT em Minas, onde este partido não é nada, simplesmente ratifica a posição da Direção Nacional de, no Rio de Janeiro, entregar a candidatura de governador aos brizolistas nas eleições estaduais.

A integração ao regime que se manifesta na política da Articulação não deixa margem de manobra às correntes centristas do PT.

Estadual e lançar imediatamente uma discussão em todo o partido. Organizar uma ampla campanha junto à militância combativa e classista nos sindicatos e no movimento popular pelo lançamento de candi-

daturas próprias em todos os níveis, contra os candidatos e partidos patronais que representam o regime político, por um chamado a que trabalhador vote em trabalhador.

Plano de Ação para 1990

Uma crítica à proposta da Executiva Nacional da CUT

O "Plano de ação da CUT para 1990" não serve para organizar a resistência operária contra a política de arrocho do novo governo

Rui Costa Pimenta

Em reunião realizada nos dias 10 a 12 de janeiro, a Executiva Nacional da CUT elaborou uma proposta de "Plano de ação para 1990" que deve ser discutido em encontros regionais e estaduais da central.

A primeira coisa que chama a atenção no projeto proposto pela direção cutista é que se trata de um plano anual onde são fixadas reivindicações e prioridades bastante específicas para um longo período, colocando-se de entrada por cima de todas as possíveis reviravoltas da situação política. Trata-se de um plano burocrático, não de uma proposta de ação, daí que a sua principal característica seja justamente a ausência de propostas concretas de luta, de campanhas de mobilização, as quais são substituídas por generalidades tais como "conclamar todos os sindicatos de trabalhadores rurais (...) para um amplo debate, em cada região, na tentativa de elaborar as bases para a unidade de ação", "ampliar a discussão junto aos trabalhadores" etc., e todas as medidas de mobilização restrinjam-se a reuniões das direções cutistas, sem qualquer referência aos sindicatos e plenárias de base. O plano faz referência a um dia de luta, cujo conteúdo não está especificado em lugar algum.

Profunda integração ao regime burguês

A característica burocrática do plano não é acidental mas responde à política da direção da CUT de superar a situação atual no quadro do regime burguês e do capitalismo, pela via da "defesa da democracia" que é uma das bandeiras centrais do plano. A "defesa da democracia" rapidamente vai colocar a CUT em contradição com o movimento operário na medida em que este, impellido pela violência da crise, coloque-se em choque com a constituição reacionária através das ocupações de fábrica, piquetes etc. A defesa da Constituição pela CUT tende a transformá-la progressivamente em garantidora da ordem contra a rebeldia dos traba-



Plano da CUT não mobiliza os trabalhadores

lhadores, o que fica claro na reivindicação de "efetivação da liberdade e autonomia sindicais e garantias constitucionais de greve", omitindo que não há autonomia e sim regulamentação imposta aos sindicatos, na medida em que a constituição de sindicatos deve ser aprovada legalmente e que o direito de greve implica em restrições brutais nas chamadas "categorias essenciais".

Uma proposta chave neste plano é o chamado "contrato coletivo de trabalho nacional" que é um pacto entre os aparatos sindicais, empresários e governo, um acordo entre as partes que, se efetivado colocaria a CUT na posição de formuladora da política trabalhista estatal. O acordo coletivo nacional aprofundaria a situação de semi-estatização dos sindicatos brasileiros e incluiria nesta situação, pela primeira vez a própria CUT, que nasceu à margem da legislação de estatização dos sindicatos. Concluído um acordo coletivo nacional com empresários e governo, estabelece-se uma situação de cogestão da economia da parte da organização operária. Mesmo que a CUT não assuma nenhum compromisso de abrir mão de greves parciais, estaria claramente estabelecido no país um pacto social institucionalizado (o acordo coletivo teria força legal), ou seja, um quadro político estabelecido e apoiado na colaboração sindical-patronal que marcaria os limites políticos de ação do sindicalismo.

Um plano sem lutas

Mesmo considerando que "já é possível antever a orientação re-

cessiva (...) por parte do governo Collor", o "plano" não contém absolutamente nenhuma indicação de como o movimento operário deve combater a política recessiva do novo governo e a própria recessão, o que significa demissões que golpeariam a organização sindical, que debilitam a unidade dos operários e forçam a desvalorização da força de trabalho acentuando o arrocho e a miséria. Isso quer dizer que o movimento operário deve preparar-se para um combate de grande envergadura, lançando mão de medidas que tenham eficácia em uma situação de brutal ofensiva patronal como esta, tais como as ocupações de fábrica.

Durante uma recessão, os métodos "normais" de luta do movimento sindical, as greves parciais, perdem totalmente a força e tornam-se necessárias medidas mais profundas de luta. O "plano"

da CUT sequer considera esta questão, substituindo propostas concretas de ação por um "slogan": "contra a inflação, a recessão e a especulação. Em defesa do salário do emprego e reforma agrária sob controle dos trabalhadores".

Com este plano, o movimento operário está completamente desarmado para enfrentar a situação que se aproxima, o que coloca de antemão a perspectiva de que a resistência operária ao governo tende a se desenvolver de forma isolada e parcial e que se não forem superadas o condenarão a uma importante derrota nas mãos dos seus inimigos de classe.

Organizar a mobilização operária

A esta perspectiva burocrática de um plano anual, genérico e sem medidas de luta devemos opor um plano de ação prático ajustado para

obter as principais reivindicações: escala móvel de horas de trabalho, escala móvel de salários com pagamento semanal reajustado pela BTNF e salário mínimo do DIEESE. A CUT deve convocar imediatamente plenárias regionais, estaduais e a plenária nacional para deliberar um plano de lutas, com a mobilização de todo os sindicatos através de assembléias gerais, onde se discutam a organização de uma greve geral por tempo indeterminado contra o "plano de emergência" do governo Collor, com o chamamento à construção de comissões de fábrica, interfábricas a partir de comitês de luta em cada local de trabalho ou região. As plenárias devem discutir a utilização da ocupação de fábrica contra as demissões para garantir a escala móvel de horas de trabalho, única forma de barrar as demissões em massa.

Bancários

Como de praxe

Mais uma vez a política de aceitar pequenas concessões compromete a luta dos bancários

Hyrlanda Moreira

(Diretora do Sindicato dos bancários de Fortaleza e da CUT Estadual/CE)

No início do ano os bancários ensaiaram aquilo que deveria ser uma campanha salarial extraordinária. O centro dessa campanha seria o pagamento semanal de salários, a reivindicação que emerge como uma necessidade de vida ou morte diante do brutal fisco salarial da hiperinflação.

Realizou-se como, de praxe, alguns encontros onde se deliberou a greve a partir do dia 14 deste mês. Seria desnecessário dizer a importância de uma categoria como os bancários levantando a bandeira do pagamento semanal, numa luta unitária e a nível nacional, nesse momento. Essa luta, entretanto, foi frustrada pela política das direções do movimento.

A unidade que sempre foi uma pedra de toque da política do DNB da CUT, que se recusa a romper com os pelegos das Federações e da Contec, desta vez foi utilizada não para dividir a categoria mas diretamente para excluir uma parcela dos bancários, das estatais, a vanguarda da categoria. Só esse fato já de-

monstra que nunca houve uma vontade de verdade de lutar pelo pagamento semanal.

As campanhas bancárias seguem um ritual quase institucional. Essa campanha extraordinária, entretanto, não contou sequer com os apelos a que a população retirasse o dinheiro dos bancos mas apenas cartazes contra os banqueiros e nenhuma mobilização decidida na categoria. Não havia nenhuma organização efetiva da greve, e sim uma expectativa da radicalização contra os baixos salários. Bastou a oferta de um abono de 50% no mês de fevereiro, que não será incorporada ao salário, para que o movimento fosse levantado da maneira mais administrativa. A maneira como a greve foi levantada dá uma idéia precisa dos objetivos e das perspectivas que tinha sua direção.

A campanha pelo pagamento semanal dos salários anunciada pela CUT, revela-se nessa campanha dos bancários, apenas como uma

denúncia retórica da inflação e da corrosão que ela provoca nos salários, mas não uma luta de verdade para impor a reivindicação. A migalha jogada pelos banqueiros



A luta é a única garantia de conquistas salariais

será consumida rapidamente pela chama da inflação prevista para 72% em fevereiro. De imediato se colocará a necessidade de impulsionar a luta da categoria. É preciso tomar essa experiência como uma lição. Não há luta de verdade pelo pagamento semanal betenizado aos salários sem uma mobilização decidida e unitária da categoria bancária a nível nacional dirigida contra a política de fome dos banqueiros, principais beneficiários da crise atual, e o regime político no seu conjunto.

Metalúrgicos/SP

Um acordo sem perspectivas

Na convenção dos metalúrgicos foi violada a democracia operária e representou a vitória dos aparatos sobre as bases

Anaí Caproni

(do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo)

Realizou-se no dia 4 de fevereiro a convenção para a escolha da chapa única de oposição da CUT para as eleições dos metalúrgicos de São Paulo. Estiveram presentes a oposição histórica da categoria, o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo (MOSMSP), Democracia e Luta (Convergência Socialista), militantes do jornal O Trabalho, a Corrente Sindical Classista (PCdoB) e uma parte da Articulação, uma vez que seu principal dirigente, Lúcio Bellantani, da Ford, não compareceu à convenção e tudo indica que foi um acordo para compor a chapa do pelego Luis Antônio Medeiros.

À convenção compareceram cerca de 600 operários das fábricas mais importantes da categoria e a única discussão realizada foi como seriam repartidos os cargos da chapa entre as diversas forças. A convenção, que deveria servir para discutir com a vanguarda da categoria a política para transformar o sindicato mais importante do País num instrumento da luta operária, resumiu-se ao anúncio de quantos cargos cada força teria e à denúncia de um setor da Articulação liderado por Lúcio Bellantani por romper o acordo em torno da chapa única de oposição.

Uma chapa sem programa

A ausência de qualquer discussão programática na convenção já é toda uma caracterização da chapa formada, ou seja, uma chapa que agrupa sem qualquer delimitação programática as forças mais díspares inclusive aquelas que, se estão hoje temporariamente na oposição, em períodos recentes sustentaram o peleguismo e comprometem até mesmo o caráter de oposição que a chapa deveria ter como definição elementar, além de descaracterizar totalmente o MOSMSP. É o caso de figuras como "Bigode" (ex-PCB) que, durante a própria convenção, teve seu nome contestado por companheiros de várias fábricas por ter sido durante anos um notório instrumento do pelego Joaquim Andrade na diretoria do Sindicato.

A política de ganhar o sindicato a qualquer custo, de "campeões da unidade" significou a formação de uma chapa que não abre um caminho de real superação do peleguismo através da luta pela independência dos sindicatos em relação ao Estado, de mobilização conseqüente da categoria pelas suas reivindicações, o que só é possível através do combate à política de defesa do regime atual e de conciliação de classe de setores como o PCdoB e outros que serviram de suporte ao banditismo de Joaquim e Medeiros.

A unidade com estes setores na chapa formada não tem qualquer base política, nem mesmo a luta por acabar com o peleguismo, como o demonstram a trajetória de muitos dos integrantes da chapa e a conduta de Lúcio Bellantani.

Uma convenção antidemocrática

O acordo prévio realizado entre as correntes para distribuição dos 20 primeiros cargos da chapa violou os princípios mais elementares da democracia operária e condenou a vanguarda da categoria que estava na convenção a decidir somente sobre 8 cargos da chapa efetiva e uma parcela do conselho de diretoria distorcendo completamente a representação de cada corrente. O MOSMSP obteve quase 60% dos votos da convenção e teria direito a 17 cargos; com a negociação prévia ficou com apenas 12 (7 pelo acordo, mais 5 disputados no plenário), ou seja 42,8%, entregando, em nome da unidade, 5 cargos à Articulação e ao PCdoB, que apesar de terem juntos 15,85% da convenção (5 cargos) têm 11 representantes na chapa (5 da Articulação e 6 do PCdoB), ou seja quase 40%.

A formação da chapa com estas características não foi de graça, o que prevaleceu não foi a vontade da base metalúrgica e sim o acordo entre os aparelhos sindicais para a sustentação política e material da chapa de oposição, o que é uma ilusão conhecida pela experiência vivida pelo MOSMSP em 87 quando a Articulação só colocou a força do aparato sindical no segundo escrutínio para apoiar a chapa semi-pelega encabeçada por Lúcio Bellantani.



Metalúrgicos: unidade?

O preço da Unidade

A direção do MOSMSP foi a principal responsável por este acordo, uma vez que é a oposição majoritária na categoria e defendeu esta política durante todo o processo em nome da necessidade da chapa única. O preço da unidade foi o abandono por um lado de seu programa político de defesa da democracia operária em oposição às manobras de aparato, e por outro da sua própria representação em função de tendências sem representatividade que sempre combateram a sua existência como oposição classista na categoria. Além de abrir mão de cinco nomes, os quadros mais representativos do movimento de oposição estão fora da chapa efetiva e, no seu lugar, setores sem nenhuma representação na categoria (Força Socialista) e um ex-integrante da chapa 2 na última eleição o que coloca como eixo da chpa não a história de luta da categoria representada no MOSMSP, mas sim a face de setores marginais da oposição.

A chapa única de oposição não é, portanto, uma expressão do ativismo metalúrgico, mas um acordo sem princípios estruturado à revelia das bases. A direção do MOSMSP abriu mão da sua representatividade para poder sustentar a sua política de unidade fictícia com os ex-aliados do peleguismo e uma pequena sobra do grupo de

Lúcio Bellantani. Esta contradição é uma condenação implacável desta política e a prova de que é um beco sem saída para a vanguarda operária.

A chapa única de oposição é a materialização nos metalúrgicos da

política frentepopulista. O ativismo combativo da categoria, principalmente agrupado no MOSMSP, deve realizar um balanço desta política para criar as bases de uma alternativa classista para o impasse atual.

Comerciários/Feira de Santana

Fora o pelego Décio

A Oposição deve tomar a frente da luta exigindo a convocação de uma assembléia

Uma vez mais os comerciários foram golpeados pelo pelego Décio Mendes. Numa manobra às costas da categoria, esse pelego conhecido por mudar o estatuto sem assembléia, colher assinaturas em campo de futebol e entregar sem qualquer resistência as campanhas salariais aos patrões, promoveu um aumento de 100% nas mensalidades sindicais, passando a descontar da maioria esmagadora da categoria 5% do salário de cada trabalhador. É a maior mensalidade sindical do país, numa categoria que recebe um dos mais baixos salários no Brasil.

O aumento da mensalidade nessas condições está dirigido contra a Oposição "Comerciários em Luta". O sindicato tem menos de 15% de associados, numa categoria que reúne aproximadamente 60.000 trabalhadores, dos quais é descontada impiedosamente a contribuição assistencial e o imposto

sindical. Não se trata de uma medida "econômica", mas política dirigida a desmobilizar a sindicalização promovida pela Oposição e a golpear os setores mais empobrecidos da categoria. O pelego quer um sindicato com um número reduzido de associados, mais facilmente controlável pelo assistencialismo e a política clientelista da diretoria.

A oposição deve denunciar o banditismo político da diretoria atual e exigir a convocação de uma assembléia para decidir sobre essa questão. A reunião promovida pela Oposição, que prepara um plano de mobilização contra essa medida, deve ser acompanhada da discussão política dirigida a impulsionar a construção do movimento de oposição em todo comércio, como uma forte corrente anti-pelega organizada para dar o combate pelo fim do reinado do pelego Décio e a estruturação de um sindicato classista e de luta.

Condutores/SP

Uma lição política

A greve dos condutores colocou em relevo o impasse das prefeituras dirigidas pelo PT. Cabe aos trabalhadores assimilar e superá-la politicamente na luta por uma política de classe

André Ricardo Fava

A greve dos condutores paulistas parou a maior cidade do País totalmente por três dias, demonstrando alto grau de combatividade e determinação. Foi a maior greve da categoria e serviu para mostrar o caminho ao conjunto dos trabalhadores no combate à hiperinflação. No entanto, a greve foi derrotada apesar da grande disposição de luta. A análise desta derrota deve colocar às claras o caráter da política seguida pela administração petista em São Paulo e um conjunto de problemas fundamentais para todo o movimento operário.

A pauta de reivindicações

A assembléia da categoria aprovou uma pauta de reivindicações que propunha a correção dos salários sobre a base da inflação do mês (ICV), adiantamento de salários no dia 20 de cada mês, pagamento sempre no dia 5 e, finalmente, 50% de aumento real. Não foram aprovadas as propostas do Plano de Luta da CUT: pagamento semanal, betenização dos salários e o piso salarial calculado pelo DIEESE. Ao não considerar na pauta estas reivindicações, o movimento já nasceu praticamente derrotado, pois em meio a uma hiperinflação (72% para fevereiro) a pauta de reivindicações aprovada não atendia às necessidades mais elementares dos trabalhadores. A inflação semanal está girando em torno de 16%.

À política da prefeitura

A reação do sindicalista Paulo Azevedo, presidente da CMTC, à greve foi inédita: "é uma tentativa de inviabilizar a atual administração (Folha de São Paulo, 1/2) sustentando que a mobilização estava "fora da data base". Como se as necessidades dos trabalhadores dessem ter data marcada! Com efeito, a CMTC apresentou uma contraproposta (junto com a Transurb) que previa um abono de 10% em fevereiro e março e antecipação do vale em 35%, considerada pelo presidente do sindicato como "ridícula" e uma "afronta". A categoria rejeitou a proposta, o que fez com que Azevedo argumentasse que "eles queriam inviabilizar a negociação" (Jornal da Tarde, 1/2).

A própria prefeita Luiza Erundina afirmou que a greve tinha conotações políticas, face às reivindicações "absurdas" dos trabalhadores (Folha de São Paulo, 2/2). Azevedo foi mais longe: "os salários dos motoristas de SP são os mais altos do País" (Gazeta Mercantil, 1/2) e acusou os empresários de promover locaute, pois "exis-

tem motoristas com vontade de trabalhar" (Folha de São Paulo, 2/2).

Desde o início, a administração partiu do seguinte princípio: ou perdem os trabalhadores sob a forma de usuários com o aumento de tarifas, ou perdem os trabalhadores do transporte através do arrocho salarial. O argumento é totalmente falso. Na realidade, a questão de saber quem ganha e perde só pode ser resolvida através da relação de forças e, no final, quem ganhou foram os empresários de ônibus, e não os usuários. Com esta política somente restava à prefeitura a alternativa de enfrentamento com os grevistas.

A conduta da prefeitura, desde o início da greve, vinha apontando para o desconto das horas paradas na CMTC (O Estado de São Paulo, 2/2). O secretário dos transportes disse que as reivindicações são "apressadas" e "estranhas", por isso a prefeitura "não vai apresentar novidades nos próximos dias" (Idem). E mais, o presidente da CMTC acusava "grupos de direita e a esquerda radical do PT de estarem insuflando a greve, cujo objetivo é atingir a administração" (Folha de São Paulo, 2/2). Acrescentou que "as empresas estão com medo de que seus ônibus sejam depredados e estão dispensando seus funcionários" (Folha de São Paulo, 3/2), procurando danegrir o movimento ao atribuir-lhe um caráter patronal.

Erundina assumiu um tom mais duro: "os trabalhadores têm que retornar ao trabalho, pois se os motoristas têm o direito de greve, os usuários têm-no nos serviços essenciais" (Gazeta Mercantil, 2/2). Evoca, na prática, a Lei 7783 que limita as greves nos setores essenciais. Intimou os grevistas que se houvesse dano no patrimônio da empresa, os responsáveis serão demitidos conforme manda a referida lei. Erundina deu, assim, uma importante contribuição à luta da burguesia contra o direito de greve. Este é o único resultado possível da política "democrática e constitucional".

Apesar disto, os condutores não se intimidaram, nem com a decretação da "ilegalidade" da greve, tampouco com o acionamento da polícia pelos patrões e pela prefeitura (Folha de São Paulo, 3/2). Permaneceram em greve.

A causa da greve encontra-se na política de arrocho salarial levada à cabo pelos donos das empresas, porque foram eles que recusaram a proposta dos trabalhadores e pediram a ilegalidade da greve. Foram os grandes favorecidos no que toca aos aumentos das tarifas: enquanto estas aumentaram

2.816%, os salários apenas 2.234% numa inflação de 2.811%. Isso demonstra que a política da administração não é neutra, não favorece os usuários e sim os empresários.

Como avançar?

A ofensiva da prefeitura e dos patrões contra os grevistas foi denunciada pelo próprio diretor do sindicato: "eles estão tratando o trabalhador da mesma maneira" (Folha de São Paulo, 3/2). Condenou a CMTC por adotar uma conduta igual a da Transurb. No caso desta última "é compreensível, pois representa o capital" e que "a prefeitura abandonou as bandeiras do PT" (Idem).

A chave da política do PT diante, não apenas da greve, mas de toda a questão da administração municipal foi fornecida pelo líder do partido na Câmara, Pedro Dallari: "o sindicalismo tem uma lógica diferente da administração. A prefeitura não administra uma categoria, mas o conjunto da população" (Gazeta Mercantil, 2/2). Segundo este raciocínio, a reivindicação e as lutas operárias seriam corporativas e egoístas diante do

interesse geral da população. Se a idéia aqui colocada fosse levada adiante de forma conseqüente, deveria ser aplicado a todas as categorias profissionais; ou será que os funcionários estaduais e federais teriam direito a fazer valer seus interesses? E os trabalhadores das estatais? E os das empresas privadas que se encontram em situação mais difícil diante da hiperinflação?

A "população em geral" é uma abstração. Ela está dividida entre interesses antagônicos que são arbitrados pelo Estado, não de forma equitativa, mas em favor dos setores dominantes da sociedade. O PT não repetiu até o cansaço que não são os trabalhadores os que devem pagar pela crise? Submeter-se à lógica da prefeitura, ou seja, de uma unidade do Estado dominado pela burguesia, pelos patrões, é arcar com o ônus da crise.

A política do sindicato caiu em um completo impasse que o levou a aceitar um acordo que era, nas próprias palavras do seu presidente, "ridículo" e uma "afronta" aos



Repressão dos patrões com vista grossa da prefeitura

trabalhadores porque não foi capaz de compreender o caráter da política seguida pela administração municipal e as relações reais entre os trabalhadores e o Estado burguês. A prefeitura, por sua vez, foi vítima da sua completa ausência de caracterização de classe do Estado e mostrou, diante de um conflito de interesses de classes opostas, que a sua política conduz a que se transforme em um instrumento da burguesia.

O movimento operário e os explorados, em particular os militantes do PT e da CUT, devem extrair todas lições desta greve: é necessário uma completa independência política da burguesia, seja através do governo federal ou municipal, para poder defender inclusive as mais elementares reivindicações dos trabalhadores.

Municipários/SP

Superar o impasse

A vitória do funcionalismo depende da mobilização e do enfrentamento com a prefeitura

Logo após a greve dos condutores de São Paulo, ganha força a mobilização dos funcionários públicos da capital paulista. A crise vivida pelas prefeituras petistas, que nada mais é do que parte da crise das administrações capitalistas, colocam em choque a administração municipal e os trabalhadores.

Na assembléia realizada no dia 9 de fevereiro a categoria saiu confusa, sem saber o que fazer diante do impasse vivido pela diretoria do sindicato.

Apesar do arrocho salarial, a hiperinflação e as péssimas condições de trabalho, a diretoria do sindicato (uma comissão provisória, já que o processo para a constituição do sindicato ainda está em andamento), não conduziu a assembléia de maneira a organizar os trabalhadores para a luta e o enfrentamento com a prefeitura.

Assim como nas demais prefeituras petistas, como a de Porto

Alegre, onde Olívio Dutra afirma não poder conceder o reajuste pedido pelos funcionários e nem pagá-los em dia por não dispor de verbas, a prefeita Luiza Erundina negocia com os trabalhadores com o mesmo argumento.

A diretoria do sindicato colocase a reboque da prefeitura. Nesta assembléia defendeu que as negociações com a prefeita fossem através de uma pauta com mais de 70 itens, onde o piso salarial e a correção dos salários ficariam para o dia 10 de março. Além disso, a diretoria não apresentou nesta pauta a reivindicação da CUT de pagamento e reajuste semanal dos salários.

Apesar da radicalização da categoria, que se propõe a entrar em greve e lutar pelo piso do DIEESE, o pagamento antecipado e a correção semanal imediatamente, a diretoria propôs como reivindicação imediata, uma verba extra

para os trabalhadores da saúde - a verba AIS - e estender esta verba para os demais funcionários.

Com a assembléia dividida diante das duas propostas, a solução encontrada foi suspender a votação e convocar uma nova assembléia para o dia 13 de fevereiro, para então deliberar os rumos do movimento.

A prefeitura concedeu um reajuste de 74%, que é o índice da inflação calculado pelo DIEESE, e a diretoria do sindicato procura levar o movimento de maneira a contentar as duas partes. Os limites do movimento do funcionalismo público está dado pela maneira como se comporta a diretoria do sindicato diante dos limites da prefeitura. Somente a ação dos trabalhadores municipais poderá garantir a vitória e apontar uma alternativa à política burguesa que Luiza Erundina está colocando em prática na administração de São Paulo.